

INFORMAÇÃO

Governo abre os cordões à bolsa, mas ...

O Ministério da Educação através dos Secretários de Estado Adjunto e do Ensino Superior e dos Recursos Educativos prometeu no passado dia 10 de Julho reforçar os orçamentos e honrar as dívidas, em ofício dirigido por fax ao Presidente do CRUP.

Professores auxiliares

Desde há algum tempo que muitos professores auxiliares a exercer funções de professor associado, vêm lutando para ver o ECDU cumprido, ou seja, serem pagos. No IST, tendo sido decidido fazer greve às avaliações por falta de pagamento, iniciou-se um diálogo com a Associação de Estudantes e com esta e o Conselho Directivo.

Deste diálogo nasceu a proposta de encerrar o IST caso a situação financeira, incluindo os pagamentos aos professores auxiliares nessas condições, não fosse resolvida, o que veio a ser acolhido pelo plenário do CD.

No último dia do prazo dado pelo CD veio a resposta do M.E. que pela primeira vez põe "preto no branco" que os professores auxiliares a exercer funções de professor associado vão ser pagos. Em contrapartida "promete" o fim da

"permissibilidade" desta situação laboral para 31 de Julho. É caso para ficar atento e ver se o M.E. se "esquece" de negociar com o SNESup.

Os Compromissos

Os princípios em que se baseia o reforço, de acordo com o ofício do M.E. para o Presidente do CRUP, são:

"a) Correção das dotações para remunerações certas e permanentes e aumento salarial;

O Ministério da Educação assume, expressamente, este encargo, desbloqueando, de imediato, conforme acordado, a verba de 2,8 milhões de contos, como reforço orçamental que permite garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelas Universidades, relativamente a esta rubrica, até 30 de Setembro. A verba corresponde a cerca de 70% do montante global previsível da dotação necessária para a satisfação das remunerações certas e permanentes e do aumento salarial.

b) Descongelamento de escalões e gratificação dos professores que desempenham funções de associados.

O Ministério da Educação assume os encargos referidos em epígrafe, nos termos da súmula anexa*, após a sua rigorosa quantificação pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Financiamento das Universidades e Institutos Superiores Politécnicos, a constituir de imediato.

Na sequência do acordado, o Ministério da Educação vai, a curto prazo, emitir providência legislativa que fixa em 31 do corrente a data limite para a permissibilidade desta situação laboral.

c) Novas contratações associadas ao crescimento dos efectivos escolares.

O Ministério da Educação, ouvido o CRUP, irá proceder ao estudo e urgente decisão do financiamento necessário às contratações que se revelem indispensáveis à garantia da abertura pacífica e atempada do ano lectivo de 1992/93".

Vamos estar atentos ao que se segue.

*A súmula refere-se à reunião do M.E. com a Comissão de Financiamento do CRUP, e imputa os pagamentos de 89 e 90 às escolas e o restante ao M.E.

Comunicado à Imprensa

1. Dívidas aos docentes e investigadores:

Governo procura escamotear as suas responsabilidades

O SNESup recebeu com enorme surpresa as declarações de um porta-voz do Ministério da Educação, que atribuiu ao Presidente da República a responsabilidade pelo atraso na liquidação das dívidas aos docentes de todos os graus de ensino. O SNESup considera essas declarações inaceitáveis, e recusa veementemente que os docentes e investigadores possam agora ser instrumentalizados para o confronto institucional entre o Governo e a Presidência da República, com o qual nada têm a ver.

Com efeito, no que diz respeito ao Ensino Superior, a responsabilidade cabe por inteiro ao Governo, que publicou a legislação referente às duas primeiras fases de descongelamento de escalões com catorze e nove meses de atraso e não dotou os orçamentos das instituições de ensino superior, em 1991 e 1992, com as verbas necessárias ao pagamento dos montantes em dívidas: é um verdadeiro escândalo e faz

pensar que, em certas matérias, parece que estamos no Uganda.

A declaração da anterior equipa do Ministério da Educação, segundo a qual as dívidas seriam liquidadas logo que o Orçamento do Estado para 1992 entrasse em vigor, não se concretizou.

O Governo é, pois, culpado de um atraso que, em alguns casos, atinge dois anos, é ridículo vir agora culpar o Presidente da República por ainda não ter promulgado um diploma que lhe chegou às mãos no dia 2 de Junho.

2. Situação na Universidade Autónoma:

Após vários avisos do SNESup o Ministério da Educação promete intervir

Os problemas de ilegalidade e prepotência, que continuam a viver-se na Universidade Autónoma de Lisboa, levaram há muito o SNESup a intervir junto das autoridades, chamando a atenção do Prof. Alberto Ralha, então Secretário de Estado do Ensino Superior do Ministro Roberto Carneiro, participando à Inspeção Geral do Trabalho e desencadeando

alguns processos judiciais. Infelizmente, o Ministério da Educação não quis intervir até hoje.

Após a reunião do passado dia 25 entre a Direcção (com a presença dos delegados sindicais do SNESup na Universidade Autónoma) e o adjunto do Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior, o Ministério da Educação comprometeu-se a desencadear uma inspecção para avaliar e fiscalizar a qualidade pedagógica e científica naquele estabelecimento de ensino e as consequências da acção ilegal da Direcção da Cooperativa proprietária da U.A.L. nesse domínio.

Estando previstos exames na próxima 2ª feira dia 29 com a presença dos dois delegados sindicais do SNESup, a quem tem sido vedada a entrada nas instalações na U.A.L., contra a decisão proferida pelo 11º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, o responsável do Ministério da Educação comprometeu-se a requerer ao Ministério da Administração Interna os meios para fazer cumprir a decisão do Tribunal e permitir a entrada e o normal exercício de funções pelos Drs. José Preto e Garcia Pereira, delegados sindicais do SNESup.

O Sindicato Nacional do Ensino Superior

Lisboa, 26 de Junho de 1992

A Confusão da Autónoma

Diário de Notícias 30-06-92

Para quem leu nos jornais terá sido mais uma notícia, no local foi surrealista. A notícia junta relata o que se passou no dia 29 de Junho. No dia 9 de Julho o Reitor e os docentes expulsos pela Cooperativa (CEU), nomeadamente os delegados sindicais do SNESup, Garcia Pereira e José Preto, entraram na Universidade com base em decisão dos tribunais e com intervenção policial.

Dia 9 à tarde os membros da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República estavam estarecidos com o relato dos acontecimentos. Reconheceram que o SNESup os tinha avisado relativamente à possibilidade de problemas no ensino superior particular e cooperativo.

O Presidente do SNESup acompanhou os delegados sindicais até o Reitor se apossar da Universidade e ter confirmado que os docentes expulsos retomariam as funções que desempenhavam anteriormente à confusão.

E agora, estará tudo bem?

«O senhor reitor quer entrar?»

Crise da Universidade Autónoma de Lisboa esteve à beira da estalada

Pedro Garcia Rosado

«O SENHOR REITOR quer entrar? Pouco passava das 20 horas, ontem, quando um assessor da direcção da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) se dirigia, nestes termos, ao reitor Luís Arouca.

O assessor estava do lado de dentro (onde há outro reitor, Justino Mendes de Almeida) e Luís Arouca do lado de fora, acompanhado pelos professores e advogados Garcia Pereira e José Preto.

Que também ficaram de fora, à porta do palacete da rua de Santa Marta que é a sede da UAL. Foi mais um dia na crise que divide esta universidade privada de nove mil alunos e um *cash flow* de 200 mil contos por ano e que, já se diz, pode acabar com uma cisão... ou por encerramento.

Mas ontem, ao cair da noite, esteve para acabar à estalada. José Preto e Garcia Pereira, regentes da cadeira de Filosofia do Direito, impedidos de entrar por decisão da direcção da cooperativa proprietária da UAL, foram tentar fazer os exames que tinham marcado.

Lá dentro, estava a direcção e Justino Mendes de Almeida, que se afirma reitor por decisão de um Conselho Universitário, cujos actos estão suspensos por decisão judicial.

Cá fora, estavam (e ficaram...) Luís Arouca, José Preto, Garcia Pereira, Pedro Lourtie (a dar apoio moral e sindical na qualidade de presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior), alguns professores, estudantes, imprensa e curiosos. E a PSP.

Garcia Pereira e Luís Arouca dialogam com o porteiro. Este diz que não podem entrar, aqueles dão-lhe cópia



Luís Arouca e Garcia Pereira, à porta: acusação de crime público à direcção da Universidade Autónoma - DN-Álvoro Tavares

do despacho judicial que anula as decisões da direcção da UAL e da cooperativa.

Insistem no direito de fazer os exames que, entretanto, estão a começar, sob a vigilância de uma professora não identificada. Luís Arouca quer exercer o múnus reitoral. Garcia Pereira recorda que a obstrução é crime público.

A primeira reacção da direcção vem pelo porteiro: querem entrar? Que o façam mas para a sala dos livros de

pontos. Luís Arouca e os dois professores recusam, que não é digno. O porteiro leva a resposta.

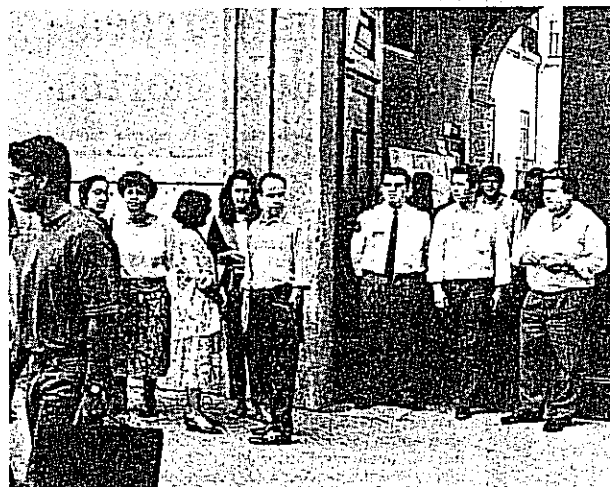
Depois é o assessor que desce. Hélder Matoso, advogado, que José Preto ameaça com um processo por estar a desautorizar uma decisão de tribunal. Dirige-se a Luís Arouca e pergunta-lhe: «O senhor reitor quer entrar?».

Luís Arouca diz que quer «circular», que é reitor. Garcia Pereira fala nos exames. Hélder Matoso enerva-se. Garcia Pereira, a mostrar uma boa colocação de voz (é, fora das aulas, dirigente do MRPP), exalta-se e o assessor da direcção retira-se. Não volta a aparecer.

Parecia que ia acabar tudo à bofetada mas foi o mais perto que esteve. Às 20 e 12 Garcia Pereira e José Preto interpelavam o comissário Martins Grilo, da PSP, que procurou (e conseguiu) não intervir. «Fazemos justiça privada, é?», pergunta Garcia Pereira. «Isto não é um Estado de direito democrático, mas de gorilagem democrática», acrescenta. José Preto corrige: «De gorilagem bimbocrática.»

Uma hora e meia depois, o episódio chega ao fim. A PSP e o Ministério Público mostram-se prudentes. Ao fundo da Rua de Santa Marta, próximo do hospital, numa saída discreta da UAL, é avistado o major Lencastre Bernardo, da direcção da cooperativa. Oficialmente, a direcção está reunida — é a resposta do porteiro à imprensa que quer falar com ela. Luís Arouca mostra-se disponível. Está na «reitoria no exílio». A decisão é, por agora, retirar do terreno.

Hoje, supõe-se, a guerra continua.



«Seguranças» à porta da UAL: nove mil alunos, 200 mil contos de «cash flow» por mês, dois reitores e (talvez) fim à vista

Negociar é Preciso

Carreira Docente de Enfermagem

Já vai na sexta (6^a) versão desde que foi negociada em 12 de Dezembro passado e era para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1992. Nem dá para acreditar.

As últimas são:

- a definição do horário de trabalho com o mínimo de 12 horas

lectivas e outras 12 de acompanhamento dos alunos e de estágios, e o máximo?

- a dedicação exclusiva tem novas exigências e só será para alguns poucos. Os outros ficariam a ganhar menos que actualmente.

- nas mesmas condições os bacharéis e licenciados em enfermagem ganham menos do que outros bacharéis e licenciados, respec-

tivamente.- etc....

Investigação

Tivemos uma conversa simpática com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. A carreira de investigação vai ficar na mesma, ou talvez não.

Depende da Reunião de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros, e veja-se o que aconteceu à carreira docente de enfermagem.

Fundo de greve usado pela primeira vez

O Fundo de Greve vai ser usado pela primeira vez para apoiar os docentes de enfermagem que fizeram greve no processo de luta pelo seu estatuto de carreira.

O Regulamento de

Organização Financeira do SNESup prevê que, dentro do limite das suas disponibilidades, o Fundo de Greve seja utilizado para suportar 60% das remunerações base perdidas pelo associado, quando este tenha perdido mais de três dias no conjunto do ano

civil.

Havendo disponibilidade no Fundo de Greve, a Direcção, analisados os requerimentos dos interessados, vai iniciar o pagamento das compensações.

Vencimentos em atraso na Universidade da Madeira

Os docentes da Faculdade de Ciências de Lisboa que leccionam na Universidade da Madeira, não receberam ainda o pagamento relativo ao serviço docente prestado desde Maio a Outubro de 1991 naquela instituição.

Esta situação resulta do agravamento das relações entre a Universidade de Lisboa e a Universidade da Madeira, com acusações mútuas de falta de cumprimento do Convénio celebrado entre as duas instituições em 1990, e que culminou com a suspensão temporária das actividades da FCUL na Madeira em Abril do corrente ano. Entretanto, na sequência duma

reunião conjunta do Secretário Regional da Educação com a Comissão Instaladora da UMA, foi decidido elaborar um novo Convénio UMA/FCUL e um novo Contrato de Prestação de Serviços para o ano lectivo de 91\92, tendo ficado também acordado que a Universidade da Madeira pagaria a dívida aos docentes relativa a Maio\Outubro de 1991, cujo montante ronda os 2.300 contos. No entanto, estamos a chegar ao final do ano lectivo sem o Convénio acordado e com a dívida por liquidar.

Relativamente ao serviço lectivo prestado no 1º semestre de 91\92, que ainda não foi regulamentado, o pagamento chegou

a ser feito directamente pela UMA sem transferência para a Reitoria da Universidade de Lisboa, o que no entender do Presidente do C.Científico da FCUL atenta contra o regime de dedicação exclusiva e coloca os docentes em situação irregular.

Quaisquer que sejam as responsabilidades da FCUL e da UMA na quebra dos compromissos anteriormente assumidos, compete ao C.Científico da Faculdade de Ciências e à Reitoria da Universidade de Lisboa defender os interesses dos seus docentes, o que não tem vindo a acontecer neste processo.

Recortes de Jornais e Informações Várias

O Sindicato Nacional do Ensino Superior, através do SNESup Informação, está a fazer um esforço para que mensalmente, excepção aos meses de Agosto e Setembro, possamos estar em contacto com os nossos associados.

Pensamos, assim, colmatar uma das brechas que existem no SNESup.

Para que este objectivo seja conseguido é necessária a colabo-

ração de todos os associados.

Os elementos da Direcção não são omnipresentes, não trabalham a tempo inteiro no SNESup funcionando numa base de "carolice", é justo, portanto, que possamos pedir a colaboração dos colegas.

Esta (s) página (s) está (ão) à disposição dos colegas.

Agradecemos, pelo que atrás foi dito, que os colegas nos

informassem da realização de Congressos, Seminários, notícias de jornais, situações particulares em Instituições do Ensino Superior, "Bolsa de Doutoramentos", etc. enfim todas as informações que nos interessem.

Só uma direcção suficientemente informada, pode informar.

Diário de Notícias 29-06-92

CE discute ensino superior

A COMUNIDADE EUROPEIA atribuiu verbas aos governos dos Estados membros para promoverem a discussão alargada do Memorando sobre o Ensino Superior.

Consciente da importância da formação de quadros superiores, a CE produziu um memorando sobre o que deverá ser o ensino superior na Europa dos Doze.

Houve sindicatos docentes de países europeus que receberam subsídios para organizar conferências e colóquios sobre o memorando e, nesses países, em que os professores são parte integrante da discussão, esta está muito mais avançada do que em Portugal. Aqui, o memorando foi debatido, pelo menos, pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. «Nós, até agora, recebemos o documento com o pedido de o divulgarmos e publi-

carmos», disse ao DN Graça Abranches, docente da Faculdade de Letras de Coimbra e membro da direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Esta desigualdade de situações veio a público na reunião do Grupo de Trabalho sobre Ensino Superior do Comité Sindical Europeu de Educação (que por sua vez integra a Confederação Europeia de Sindicatos), na quinta e sexta-feira, em Lisboa.

O grupo, chefiado pelo inglês Peter Dawson, secretário-geral do Comité Sindical Europeu de Educação, esteve representado em Portugal por sindicalistas docentes de vários países europeus. A reunião, que decorreu pela primeira vez no Sul da Europa, teve por objectivo preparar a resposta ao memorando da CE sobre o ensino superior.

Diário de Notícias 17-06-92

Expresso

11 JUL. 1992

SNESup declara 1992/93 ano de luta

O SINDICATO Nacional do Ensino Superior (SNE-Sup) declarou o ano lectivo de 1992/93 como «ano de luta pela dignificação dos docentes do ensino superior», disse ontem ao DN Jorge Pedreira, da direcção sindical.

A decisão saiu do I Congresso do SNESup, que considera essencial obter do Governo a liquidação de todas as dívidas aos professores resultantes do descongelamento dos escalões profissionais.

O SNESup aponta também como uma prioridade a revalorização material dos profissionais do sector.

Jorge Pedreira disse ainda que o provedor de Justiça apoiou a reclamação sindical contra o Ministério das Finanças, que considerara ser suficiente, no caso do ensino superior, ouvir apenas as organizações sindicais da Função Pública.

Governo investiga universidades privadas

Professores poderão ser obrigados à exclusividade

COUTO dos Santos ordenou à Inspeção-Geral de Educação a fiscalização urgente das actividades desenvolvidas pelas instituições privadas de ensino superior. Num despacho ontem assinado, o ministro exige que «no prazo de 60 dias» seja disponibilizado aos serviços centrais um conjunto de informações «que permitam avaliar a qualidade de ensino» prestado naqueles estabelecimentos. Admite-se mesmo o encerramento de algumas instituições, caso funcionem «em condições de manifesta degradação pedagógica» ou caso sejam detectados atropelos à legislação vigente.

O despacho ministerial, a que o EXPRESSO teve acesso, obriga todas as cooperativas, institutos superiores e universidades privadas a «prestar contas» ao Governo sobre as suas actividades. Ao todo são 85 escolas espalhadas pelo país, que, nos próximos dois meses, vão ser obrigadas a facultar os dados disponíveis sobre o funcionamento dos seus cursos superiores.

De concreto, o ministro pretende saber qual o número de alunos que serão admitidos no próximo ano lectivo naquelas escolas, assim como as «qualificações e currículos do corpo docente, mapas de assiduidade e correspondência entre o professor que assina o livro de sumários e aquele que é indicado como regente-coordenador da disciplina». Mas, a investigação pretende ir mais longe. Couto dos Santos faz questão de deixar claro aos inspectores a necessidade de virem a ser recolhidos elementos sobre as taxas de repetência nas diferentes disciplinas, a carga horária dos professores e o efectivo cumpri-

mento dos planos de estudo e programas de Licenciatura.

A verificação «da compatibilidade entre os elementos constantes do respectivo processo existente no Ministério da Educação e a situação efectivamente apurada», bem como a confirmação «do efectivo cumprimento das regras legais» são dois dos objectivos expressos no texto.

A intenção de Couto dos Santos de avaliar a qualidade do ensino superior parece, no entanto, não ficar apenas pelos estabelecimentos privados. De acordo com

uma fonte oficial, o novo despacho «constitui um primeiro passo» num processo geral de fiscalização da actividade das universidades portuguesas. Brevemente, o Ministério vai promover um levantamento sobre o cumprimento do estatuto da carreira docente por parte das universidades públicas. O objectivo é o de confirmar, caso a caso, a existência de acumulação de funções por parte dos docentes que assinaram um contrato de exclusividade com as faculdades

públicas. Nos casos em que se verificarem infracções, os professores terão de optar, sendo certo que na carreira de investigadores apenas serão admitidos docentes em regime de exclusividade.

Recorde-se que o ex-ministro Roberto Carneiro elaborou há cerca de dois anos uma lista completa dos professores universitários em acumulação de funções nas escolas superiores públicas e privadas. A lista foi considerada «bombástica», mas nunca chegou a merecer divulgação pública.



Couto dos Santos

Declaração Conjunta

Em defesa dos direitos sindicais e contra as alterações à Lei da Greve

As organizações sindicais de professores signatárias da presente declaração reconhecem e assumem as suas divergências no campo da política sindical como naturais no regime democrático.

Contudo, essas divergências não fazem esquecer que existem questões essenciais que as obrigam a encontrar formas de entendimento na defesa dos interesses dos trabalhadores que representam.

Estão neste caso as alterações à Lei da Greve (Lei 65/77) propostas na Assembleia da República pelos Grupos Parlamentares do CDS e do PSD.

As organizações signatárias entendem que os Sindicatos são uma componente fundamental da democracia pelo que o alargamento dos direitos sindicais actualmente em vigor no nosso país só reforçará a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o mesmo é dizer só reforçará a democracia em Portugal.

Exemplo contrário a este reforço são as alterações à Lei da Greve que restringem direitos sindicais e visam dificultar, e até mesmo em alguns casos impedir, o recurso legítimo a esta forma de luta. Ao integrar a área do Ensino nos serviços mínimos pretende-se tão só impedir a realização da greve no período das avaliações dos alunos pois é difícil entender que este processo seja colocado ao nível dos serviços médicos e hospitalares, dos bombeiros ou dos serviços de energia.

As organizações signatárias consideram claramente despropositados os projectos de alteração à Lei da Greve que não só não provocou nunca alterações na vida democrática do nosso país nem graves lesões aos direitos dos cidadãos como está de acordo com o que vigora na maior parte dos países da Europa.

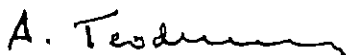
Por último, as organizações signatárias reafirmam o seu propósito de, no âmbito específico da sua actuação, tudo fazerem para impedirem que os referidos projectos sejam aprovados.

Lisboa, 15 de Julho de 1992

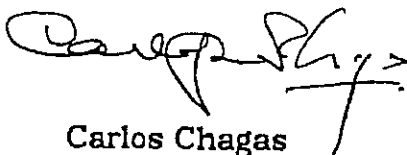
A FENPROF

O SINDEP

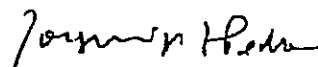
O SNESup



António Teodoro
Secretário-Geral



Carlos Chagas
Secretário-Geral



Jorge Pedreira
Vice-Presidente



**IV
SEMINÁRIO**

**A COMPONENTE DE PSICOLOGIA
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E
OUTROS AGENTES EDUCATIVOS**

U. Évora

Recebemos da Universidade de Évora (Departamento de Pedagogia e Educação) Universidade de Évora a informação de que se irá realizar nas suas instalações, nos próximos dias 23, 24 e 25 de Setembro o IV Seminário subordinado ao tema **A componente de Psicologia na Formação de Professores e Outros Agentes Educativos.**

Mais informações e inscrições na Universidade de Évora (Departamento de Pedagogia e Educação, Apartado, 94 - 7000 Évora)



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE PROFISSIONAIS EM SOCIOLOGIA
INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALH**

SEDE: Av. Guerra Junqueiro. 19. 5º Esq.
1000 LISBOA Telefone 809628

APSIOT

Recebemos da APSIOT (Associação Portuguesa de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho), a informação de que se irá realizar nas instalações da Fundação Gulbenkian, nos próximos dias 26 e 27 de Novembro o V encontro subordinado ao tema **Organizações, Emprego e Condições de Trabalho.**

Mais informações e inscrições na APSIOT, rua Guerra Junqueiro, 19-5º Esq. 1000 LISBOA Tel. 01-809628

EXPO'92

Pois é, sempre vamos à EXPO'92.

A viagem a que nos propusemos parece que teve êxito. Tanto que, em vez do autocarro inicial, terá de ir um outro, que está praticamente cheio.

i n s c r e v e u
partir desta altura tem



Agradecemos, aos tenham alguma a EXPO'92, a SNESup, para que fazer um pequeno entregue ao "Grupo

Logo, quem se condicionalmente, a a confirmação da ida.

colegas, que caso documentação sobre facilitem ao com ela possamos caderno a ser Excursionista"

SNESup Informação (reg. 115784)

DGCS)

Ano 3 / Nº 7 - Julho 1992

Director: Edgard Fortes

Composição e Edição: SNESup Empresa jornalística nº 214568; Campo Pequeno, 21-3º Esq. 1000 LISBOA; Tel. (01)793 35 85, (01) 795 43 23, Fax. (01) 795 43 23.

Colaboraram neste número:

Pedro Lourtie, Bárbara Arnaldo e Isabel Fonseca.

Boas Férias